

Programa Analítico de Disciplina

DIR 468 - Direito Internacional Humanitário

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Catálogo: 2019

Número de créditos: 2
Carga horária semestral: 30h
Carga horária semanal teórica: 2h
Carga horária semanal prática: 0h
Semestres: Especial, I e II

Objetivos

- Conhecer e analisar os princípios básicos do Direito Internacional Humanitário; - Estabelecer a diferença e a relação entre o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos; - Estudar a atuação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha como guardião do Direito Internacional Humanitário. - Estudar as principais fontes do Direito Internacional Humanitário: Direito de Haia, Direito de Genebra, Direito de Nova Iorque. - Apresentar alguns temas específicos do Direito Internacional Humanitário: Assistência, Intervenção e Ingerência humanitárias; Direito dos refugiados e a atuação do ACNUR; Conflitos Armados Internos; Questões de Gênero e Violência Sexual nos Conflitos Armados; O Uso de Crianças-Soldado nos Conflitos Armados).

Ementa

Introdução ao Direito Internacional Humanitário. Fontes do Direito Internacional Humanitário. Principais tratados humanitários. O desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário. A proteção das vítimas dos conflitos armados. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e seu papel frente ao Direito Internacional Humanitário. Direito internacional dos refugiados.

Pré e co-requisitos

DIR 369

Oferecimentos obrigatórios

Não definidos

Oferecimentos optativos

Curso	Grupo de optativas
Direito	PP

DIR 468 - Direito Internacional Humanitário

Conteúdo					
Unidade	T	P	ED	Pj	To
1. Introdução ao Direito Internacional Humanitário 1.1. Definição 2. Distinção entre Jus in Bello e Jus ad Bellum 3. Distinção entre Direito Humanitário e Direito Internacional dos Direitos Humanos	2h	0h	0h	0h	2h
2. Fontes do Direito Internacional Humanitário 1.1. Tratados 2. Costumes 3. Princípios gerais de direito 4. Doutrina e jurisprudência	2h	0h	0h	0h	2h
3. Principais tratados humanitários 1.1. As Quatro Convenções de Genebra de 1949 1.1 Convenção I Convenção de Genebra para Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha 1.2 Convenção II, Convenção de Genebra para melhorar a Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos Das Forças Armadas no Mar 1.3 Convenção III, Convenção de Genebra Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra 1.4 Convenção IV, Convenção de Genebra Relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra 1.5 Artigo 3º comum às quatro Convenções de Genebra 2. Os Protocolos Adicionais 2.1 Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais (1977) 2.2 Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Não Internacionais (1977) 2.3 Protocolo III Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949, relativo à adoção de um emblema distintivo adicional (2005)	8h	0h	0h	0h	8h
4. O desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário 1.1. Direito de Genebra 2. Direito de Haia 3. Direito de Nova Iorque	2h	0h	0h	0h	2h
5. A proteção das vítimas dos conflitos armados 1.1. Combatentes 2. Prisioneiros de guerra 3. Proteção dos feridos e dos doentes 4. Proteção do pessoal médico e religioso 5. Atuação do CICV (Comitê Internacional da Cruz Vermelha) 6. Proteção da população civil	4h	0h	0h	0h	4h
6. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e seu papel frente ao Direito Internacional Humanitário 1.1. Antecedentes históricos e evolução 2. Os princípios do CICV: 2.1 Humanidade 2.2 Imparcialidade 2.3 Neutralidade 2.4 Independência 2.5 Voluntariado 2.6 Unidade 2.7 Universalidade 3. Atuação do CICV nos conflitos armados como garantidor dos preceitos do Direito Internacional Humanitário 4. O Movimento Internacional da Cruz Vermelha (Crescente Vermelho e Cristal Vermelho)	8h	0h	0h	0h	8h
7. Direito internacional dos refugiados	4h	0h	0h	0h	4h

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: AV82.5S5E.BIAM

1.1. Conceito de refugiado e o instituto do refúgio 2. A atuação do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados) 3. A proteção internacional e nacional aos refugiados					
Total	30h	0h	0h	0h	30h

(T)Teórica; (P)Prática; (ED)Estudo Dirigido; (Pj)Projeto; Total(To)

Planejamento pedagógico	
Carga horária	Itens
Teórica	Apresentação de conteúdo oral e escrito com o apoio de equipamento (projektor, quadro-digital, TV, outros); Apresentação de conteúdo pelos estudantes, mediado pelo professor; Dinâmica de Grupo; e Seminários
Prática	<i>Não definidos</i>
Estudo Dirigido	<i>Não definidos</i>
Projeto	<i>Não definidos</i>
Recursos auxiliares	<i>Não definidos</i>

DIR 468 - Direito Internacional Humanitário

Bibliografias básicas

Descrição	Exemplares
ACCIOLY, Hildebrando e SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. Manual de Direito Internaiconal Público, São Paulo: Saraiva, 2012.	4
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: RT, 2012.	2
MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público, vols. I e II. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.	30

Bibliografias complementares

Descrição	Exemplares
BORGES, Leonardo Estrela. O Direito Internacional Humanitário. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.	0
FALLEIRO, Roberta da Silva. A atuação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha nos conflitos armados não internacionais. Porto Alegre: Buqui, 2013.	0
SOUSA, Mônica Teresa Costa. Direito Internacional Humanitário. Curitiba: Juruá, 2011.	0
CINELLI, Carlos Frederico. Direito Internacional Humanitário. Ética e legitimidade na aplicação da força em conflitos armados. Curitiba: Juruá, 2011.	0
FACCIOLLI, Ângelo Fernando. Direito Internacional Humanitário. Guerras e conflitos armados. Curitiba: Juruá, 2015.	0
FERNANDES, Jean Marcel. A promoção da paz pelo Direito Internacional Humanitário. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.	0
KRIEGER, César Amorim. Direito Internacional Humanitário. O precedente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o Tribunal Penal Internacional. Curitiba: Juruá, 2011.	0